

A Unicamp precisa falar sobre cotas: sujeitos, movimentos e disputas

BRUNO NZINGA RIBEIRO 

Universidade Estadual de Campinas | Campinas, SP, Brasil
brunonzingaribeiro@gmail.com

TAYNÁ VICTÓRIA DE LIMA MESQUITA 

Universidade Estadual de Campinas | Campinas, SP, Brasil
viccmesquita@gmail.com

STEPHANIE PEREIRA DE LIMA 

InternetLAB | Rio de Janeiro, RJ, Brasil
lima.p.stephanie@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe203122

resumo No último decênio (2012-2022), vimos os resultados das primeiras experiências das cotas em universidades públicas, consolidadas pela lei n. 12.711 que instituiu a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior. Paralelamente, acompanhamos uma grande resistência das universidades estaduais paulistas às cotas e a defesa de uma “inclusão por mérito”. Neste contexto, revisitamos as trajetórias do Núcleo de Consciência Negra, do Núcleo de Estudos Negros e do Grupo de Estudos de Feminismos Negros que atuaram na Universidade Estadual de Campinas. Por fim, discutimos a luta pelas ações afirmativas na Unicamp, mais notadamente o processo de greve que culminou na criação das cotas raciais e do Vestibular Indígena, e a emergência de novas demandas e reivindicações de outros grupos sub-representados.

palavras-chave Ações Afirmativas; Cotas; Movimento Social; Coletivos Negros; Epistemicídio.

University of Campinas must to talk about racial quotas: subjects, movements and disputes

abstract In the last decade (2012-2022), the first experiences with quotas in Brazilian public universities became visible. It was possible due to the law n. 12,711 that established the reservation of openings in federal institutions of higher education. At the same time, we have followed a great resistance of the state universities of São Paulo to quotas and the defense of an "inclusion by merit". In this context, we revisit the trajectories of the Núcleo de Consciência Negra, Núcleo de Estudos Negros and the Grupo de Estudos de Feminismos Negros at University of Campinas. Finally, we discuss the struggle for affirmative action at University of Campinas, most notably the strike process that culminated in the creation of racial quotas and the Indigenous Vestibular, and the emergence of new demands and claims from other underrepresented groups.

keywords Affirmative actions; Racial Quotas; Social movements; Epistemicides.

Introdução

“Tem algo diferente aqui na Unicamp. Dia de matrícula. Na paisagem do campus despontam crespos, tranças e uns meninos com suas cabeças raspadas. Ali na frente da biblioteca central, uma mulher negra, lá pelos



e203122

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe203122>

seus 50 anos, caminha com um tanto de pressa. A cada 3 passos, um empurrão no seu filho. O menino com um blackzinho bem curto vai tropegando com uma expressão bem perdida. Me aproximo deles e pergunto se a causa da pressa é a matrícula. A senhora abre um sorriso bem grande e responde 'sim, meu filho passou na Unicamp'. Eles estavam com um horário bastante confortável pra matrícula, mas a ansiedade da mulher parecia maior que a do filho. Nada podia dar errado! Conversamos um pouco sobre vaga na moradia estudantil. Estava tudo encaminhado. Desejo sorte e sigo pra biblioteca. No caminho, vou olhando para os rostinhos e lembro do ano que entrei na Universidade. É. Hoje, há muito mais pessoas negras e ingressaram mais indígenas neste ano do que nos últimos 50 de Unicamp. A sensação de andar no campus hoje é muito próxima ao que senti no dia que sucedeu o 30 de maio, sessão de aprovação das cotas. Uma sensação prazerosa de "tem algo diferente!"

(Relato de Bruno Nzinga Ribeiro, publicado em suas redes sociais, 19 fev. 2019)

Tem algo diferente na Unicamp. Desde a aprovação das cotas raciais na graduação, em 2017, a presença de sujeitos negros e a multiplicação de coletivos de estudantes negros em diferentes cursos são cada vez mais notáveis. Concomitantemente, percebemos a emergência da presença e participação indígena no cotidiano da universidade. Não à toa, a afirmação "Unicamp é terra indígena" ecoou nas vozes de cerca de dois mil estudantes reunidos na nona edição do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), entre os dias 26 e 29 de julho de 2022, no principal campus da Universidade Estadual de Campinas. Este evento foi organizado pela Comissão Nacional de Estudantes Indígenas e pelo Coletivo de Acadêmicos Indígenas da Unicamp, grupo formado em 2019 pelos 72 ingressantes do primeiro Vestibular Indígena da universidade. Neste ano de 2022, após três edições do vestibular indígena e o aumento na oferta de vagas para esta modalidade, a Unicamp conta com cerca de 250 estudantes indígenas, oriundos de mais de 40 etnias diferentes.

Os dados da Unicamp sobre o perfil de seus estudantes de graduação e pós-graduação indicam um aumento consistente do número de ingressantes negros e indígenas, a saber: contrastando os números de 2017, período anterior às políticas de cotas e do vestibular indígena, aos números de 2022, o percentual da matrícula de estudantes negros e indígenas teve um aumento de 91%, passando de um conjunto de estudantes de 4.484 (14,8% do total de graduandos matriculados em 2017) para 8.575 (o que representa 26,5% de matriculados em 2022). Considerando apenas a graduação, em 2022, negros e indígenas correspondem a cerca de 29,3% do corpo discente.¹

Essa nova realidade da Unicamp chegou com atraso se contrastarmos com as profundas transformações do ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas. Nesta direção, é preciso citar brevemente um conjunto de políticas que visaram reduzir as

¹ Estes números foram apresentados em matéria especial do Jornal da Unicamp. Cf. Nunes (20 jul. 2022).

desigualdades históricas, não apenas em termos de renda salarial, mas também as medidas que democratizaram o acesso aos diferentes graus de formação educacional. Tal processo passou pela universalização do ensino básico na década de 1990 e o êxito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)— que reduziu as desigualdades regionais, ampliando o número de campi universitários, o orçamento e a quantidades de vagas oferecidas, e alçou a inclusão, a permanência e a universalidade a eixos da agenda governamental para a educação (Lima, 2013). Dentro do conjunto de medidas adotadas na década de 2000, destacamos também, apesar da necessária crítica à centralidade do mercado, a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e a criação do Programa Universidade Para Todos (Prouni) que garantiram o acesso de milhares de estudantes a instituições privadas.

Na década posterior, de 2010, vimos a consolidação da organização dos programas de pós-graduação, o fortalecimento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2010, que progressivamente recebeu adesão da maioria das instituições de ensino superior. Estas são algumas das políticas mais abrangentes do ensino superior, muito embora, possamos citar programas de intercâmbios internacionais e de aperfeiçoamento de línguas, e a criação de universidades de integração, como a UNILA e a UNILAB.

Boa parte das políticas mencionadas até aqui foram atreladas às ações afirmativas, seja nas reservas de vagas, seja para critério de isenção de taxas, como no ENEM. Se na primeira década dos anos 2000, assistimos um caloroso debate sobre as cotas como parte das políticas transversais de ampliação de acesso ao ensino superior, a partir das experiências iniciadas entre 2003 e 2004 (em universidades como a UERJ, UnB, UNEB e UFBA) que se espalhou como pólvora para outras instituições educacionais, na década de 2010, vimos a implementação da Lei n. 12.711/2012 que garantiu e ampliou a reserva de vagas para estudantes “pretos, pardos e indígenas” em instituições federais de ensino superior, posteriormente estendida para pessoas com deficiência (Lei n. 13.409/2016).

Apesar da adesão às cotas ter sido fragmentada em diferentes períodos até a implementação da lei federal, este tema foi objeto de disputa social com grande ressonância no campo acadêmico. Além da “guerra das cartas” contrárias e favoráveis às cotas, símbolo dos anos 2000, é preciso rememorar as “proposições intermediárias” de políticas experimentais que concordavam na necessidade de políticas de inclusão, mas repudiam a adoção de cotas, sobretudo as raciais. Neste sentido, na contramão das políticas de cotas adotadas em universidades públicas do Brasil afora, as universidades estaduais paulistas trataram este tema ora com ignorância, ora apresentando um contraponto retórico, utilizando suas políticas como alternativas às cotas.

Com efeito, desde 2005, inclusão em São Paulo se restringia a bonificações para egressos de ensino médio de escola pública e, posteriormente, estudantes negros em programas como o INCLUSP e o PASUSP (mecanismos de bonificação na FUVEST, exame de ingresso aos cursos de graduação da USP) e o PAAIS (bonificação que incide sobre a COMVEST, comissão que organiza o exame de ingresso aos cursos de graduação da Unicamp), outro modelo de bonificação comprovadamente limitado. Em 2013, o governo

do estado de São Paulo criou o Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior (PPISES), solicitando às três universidades medidas de inclusão, estabelecendo como meta um quadro em que 50% de suas vagas de graduação fossem ocupadas por egressos de universidades públicas e, também, atingindo um percentual de 35% de “estudantes PPI” (pretos, pardos e indígenas) dentre os estudantes de escola pública.

O conselho de reitores das universidades estaduais paulistas elaboraram o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP), propondo um sistema de oferta de vagas das universidades, preenchidas mediante classificação de um coeficiente de rendimento de estudantes de escolas públicas, obrigados a frequentar um curso sequencial de dois anos, anterior à entrada na universidade, modelo que tinha como base o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS), curso criado na Unicamp e implementado em 2011.²

Diante do rechaço ao PIMESP por parte da comunidade universitária, sobretudo dos coletivos negros estudantis, as universidades adotaram diferentes estratégias para alcançar as metas do PPISES. Em meio a uma greve que se alastrava pelos seus campi e em um momento de turbulência política das chamadas “Jornadas de Junho”, em agosto de 2013 a UNESP se tornou a primeira universidade estadual de São Paulo a adotar as cotas sociais e raciais em seus vestibulares. Entre 2013 e 2017, ano em que a Unicamp e a USP aderiram às cotas, as duas universidades promoveram uma série de readequações em seus sistemas de bonificações, aumentando as porcentagens para egressos de escolas públicas, atrelado a percentuais extras para estudantes “pretos, pardos e indígenas” e para quem frequentou a rede pública no ensino fundamental. Diante dos efeitos limitados e das distorções entre os diferentes cursos de graduação, a USP aderiu ao SISU como porta de entrada para 30% de suas vagas.

Longe de esgotar a história sobre as ações afirmativas no ensino superior brasileiro, nosso interesse é expor o lugar das universidades estaduais paulistas, com protagonismo da Unicamp e de alguns de seus docentes, nos debates nacionais, atuando como contraponto às cotas. Não à toa, a ojeriza às cotas, sobretudo às raciais, está no coração de seu discurso sobre “inclusão com mérito”. Na Unicamp, produziu-se um ativismo anti-cotas que deu fama e protagonismo a docentes alçados à porta-vozes de uma “inclusão” supostamente de excelência, com espaço preponderante na imprensa paulista³, e neutralizou politicamente os

² No ProFis, a Unicamp abre uma chamada para inscrições direcionadas a escolas públicas da Região Metropolitana de Campinas. São selecionados ao máximo dois estudantes de cada escola, entre os candidatos inscritos mais bem avaliados no ENEM no ano de suas formações no ensino médio. Ao fim de um período de dois anos, cumprindo créditos em cursos de todas as áreas de conhecimento, os estudantes são ranqueados novamente, com base nos coeficientes de rendimento acumulados ao longo do curso, e podem escolher os cursos “tradicionais” da Unicamp. É apresentada uma lista com uma oferta limitada de vagas, a depender da anuência dos institutos da universidade, e o preenchimento é por escolha dos estudantes, ordenados neste ranking de notas.

³ À guisa deste debate, sugerimos a leitura do texto de Leandro Tessler, docente do Instituto de Física da Unicamp, atuante na defesa da “inclusão com mérito”. Aqui, reproduzimos um de seus artigos publicados na Folha de São Paulo: <http://www.comvest.unicamp.br/wp-content/uploads/2017/02/artigo1.pdf>. Acesso em 15 set. 2022

movimentos negro e pró-cotas da universidade até a implementação das cotas no IFCH em 2015 e a grande greve de 2016.

Portanto, num cenário de muitas camadas de disputas, propomos aqui uma breve reconstituição das lutas pelas ações afirmativas na Universidade Estadual de Campinas e seus primeiros resultados, tomando a atuação do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, grupo auto-organizado por estudantes negros, e do Grupo de Estudos de Feminismos Negros, primeira iniciativa de estudantes cotistas do IFCH, como fios condutores de nosso argumento.

Trata-se de um texto escrito a seis mãos, a partir das experiências de atuação política e suas implicações na trajetória de três acadêmicos negros, egressos de escolas públicas, cotistas e pesquisadores de diferentes coletivos negros, ex-membros do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp e atuantes no processo da mobilização negra da universidade. Bruno Nzinga Ribeiro foi ingressante na turma de 2014 do curso de Ciências Sociais da Unicamp, desenvolveu sua pesquisa de mestrado sobre coletivos de artistas negros LGBT de São Paulo (cf. Ribeiro, 2021) e, atualmente, é doutorando no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. Tainá Victória de Lima Mesquita ingressou na Unicamp em 2012 no primeiro ano do ProFis, formou-se posteriormente em Ciências Sociais, desenvolveu uma pesquisa de mestrado sobre a trajetória dos militantes do Núcleo de Estudos Negro (NEN) e do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp (NCN) (cf. Mesquita, 2021) e hoje é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. E, por fim, Stephanie Pereira de Lima, oriunda de universidades públicas fluminenses, iniciou sua trajetória na Unicamp como doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na primeira turma com estudantes cotistas, onde desenvolveu sua tese sobre interseccionalidade, política e afetos a partir de coletivos negros universitários e encontros nacionais sobre raça, gênero e sexualidade em universidades da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro (cf. Lima, 2020).

“Vamos construir um evento que não tenha nada a ver com cota”: a constituição do NCN da Unicamp

Embora a história da presença negra na Universidade Estadual de Campinas remonte à sua própria fundação, em 1966, pela contribuição cotidiana de servidores e servidoras negras e negros nas instâncias mais subalternizadas, a história da movimentação política negra entre estudantes dessa universidade é um pouco mais recente.⁴ Ao que se sabe, o primeiro coletivo de estudantes negros da história da Unicamp teria sido fundado em 2004, subsistindo até 2008. Chamado como Núcleo de Estudos Negros, o NEN, congregou em seu auge cerca de vinte estudantes negros, majoritariamente alunos de pós-graduação, vinculados a cursos de Ciências Humanas. Sua idealização teria sido protagonizada por duas mulheres negras: Nala, estudante de graduação em Ciências Sociais, e Fayola, estudante de

⁴ Há um conjunto de trabalhos que se dedicaram às experiências e redes de estudantes negros e negras (Silva, 2001; Souza, 2006; Gomes, 2008), e coletivos negros e/ou pró-cotas na Universidade Estadual de Campinas (Inada, 2018; Mesquita, 2021; Lima, 2021; Rosa, 2022).

Pedagogia.⁵ Juntas, elas participaram do II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), realizado em 2002 na cidade de São Carlos - SP, no fluxo do saldo pós-Durban, (Rattz, 2011a; Gomes, 2017), e tomando contato com experiências de articulação política negra de outras universidades. As amigas retornaram à Campinas entusiasmadas com a possibilidade de constituírem, na Unicamp, um espaço de acolhimento, ou nas palavras de Nala, um “núcleo de solidariedade” e discussão das relações étnico-raciais entre universitários negros.

A ação política do grupo era acadêmica e tinha como objetivo garantir um espaço de exploração intelectual apoiado em epistemologias negras. Se orientavam, assim, à afirmação de uma “intelectualidade negra no campus”, antecipando disputas em torno da noção de epistemicídio que estariam no centro da ação política da movimentação negra na universidade nos anos seguintes. Desse modo, sua atuação consistia no desenvolvimento de atividades de estudo, eventos e seminários (Gomes, 2008). Disputas internas a respeito da modalidade de ação política que deveria ser assumida pelo NEN, culminou com a decisão tomada pelo conjunto dos estudantes, no ano de 2008, de dissolver o grupo. Irresolutas, tais disputas antagonizavam o desejo de institucionalização e criação de um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) à proposta de que o grupo assumisse uma posição mais confrontacional diante dos casos de racismo na universidade. Parte expressiva dos estudantes, um dia engajados no NEN, tornaram-se pesquisadores ou docentes em diversas universidades do país, incluindo a Unicamp.⁶

Quatro anos após a dissolução do NEN, a cozinha da casa “M-10”, código de identificação de uma das pequenas casas coletivas da Moradia Estudantil da Unicamp, no campus de Barão Geraldo, serviu de espaço improvisado para as primeiras reuniões que originaram à, atualmente, mais longeva organização de estudantes negros da história da universidade. O Núcleo de Consciência Negra da Unicamp (NCN) foi fundado no ano de 2012 e permanece ativo até o momento em que escrevemos este artigo. Sua fundação foi o resultado dos acúmulos do engajamento coletivo de uma rede de estudantes negres que decidiu, naquele ano, se envolver na construção de um evento “que não tivesse nada a ver com cota”, denominado Quem Tem Cor Age (QTCA).

A idealização deste evento convergiu com o processo de fundação do NEN, na medida que também se originou de inquietações compartilhadas por duas mulheres negras, estudantes de pós-graduação da Unicamp, no campo das Ciências Humanas: Carolina Pinho, ativista de longa data com passagem pelos movimentos estudantis da Universidade Federal da Bahia – UFBA, movimentos de base ligados ao Partido dos Trabalhadores e organizações feministas negras em Salvador- BA, na época vinculada à Unicamp enquanto estudante de doutorado em Educação. Junto a ela, na origem do NCN, está Mariana Assis, à época estudante de mestrado em Linguística Aplicada na Unicamp, mulher negra que encontrou

⁵ Os dados de campo articulados nesta seção são oriundos da pesquisa de Mesquita (2021). Em respeito aos parâmetros éticos acordados com as entrevistadas, foram atribuídos nomes fictícios a elas.

⁶ A exemplo, Mário Augusto Medeiros da Silva, ex-integrante do NEN, tornou-se professor de sociologia da Unicamp e teria sua trajetória cruzada à nova organização negra, o NCN, ao se juntar a seus membros no processo de articulação política pela implementação da política de cotas raciais

no acesso à universidade um primeiro espaço de atuação política. Inicialmente, vinculando-se ao Núcleo de Diversidade da Unicamp, o NUDO⁷, e posteriormente, relacionando-se a redes de militância negra da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por influência de sua irmã mais velha, estudante daquela instituição.

Embora o mais importante saldo político reivindicado pelo NCN até a contemporaneidade seja justamente a implementação da política de cotas raciais na universidade, ocorrida em 2017, o coletivo surgiu de um grande impasse em torno deste tema. Em 2012, a Frente Pró-Cotas da Unicamp (FPC) constituiu-se após a implementação da Lei Federal de Cotas, e Mariana Assis também integrou aquela primeira formação. Conforme é explorado por Inada (2018), a FPC surgiu da articulação de um pequeno grupo de estudantes negros vinculados ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Respondendo ao acalorado debate nacional sobre a constitucionalidade da ação afirmativa no contexto de julgamento da temática pelo Supremo Tribunal Federal, e sentindo que a discussão sobre o tema era negligenciada pela universidade, decidiram organizar um grupo de estudos, o que culminou no seu primeiro evento público *O grito por Cotas Raciais na Unicamp* (Inada, 2018: 59). Carolina, contudo, não estava engajada neste coletivo. Naquele período, ela mantinha uma posição desfavorável à política de cotas e, embora assumisse que o debate em torno da implementação da política em diferentes universidades brasileiras promovesse visibilidade da questão do racismo no país, entendia que era necessário constituir na universidade espaços de discussão que abordassem as relações étnico-raciais “para além das cotas”, posição que Mariana também endossava, ainda que estivesse na base da fundação da FPC.

Administrando essa celeuma, as duas amigas resolveram iniciar um processo de chamamento de outros estudantes negros e estudantes brancos apoiadores da luta antirracista, para a produção de um evento “que não tivesse nada a ver com cota” e que “marcasse a presença negra” na universidade, promovendo uma articulação política para além das entidades estudantis. A partir da adesão de um primeiro pequeno grupo de amigos, recrutados no “boca-a-boca”, a rede de participantes, que incluía outros membros da FPC, foi se ampliando, a ponto da cozinha da casa “M10” se tornar pequena. O grupo seguiu se reunindo neste local entre os anos de 2012 e 2013.

De acordo com as membras fundadoras do NCN, o desejo de que o QTCA se convertesse em um evento anual era um objetivo cultivado pelo grupo desde seu princípio. Inspirados pela experiência do Núcleo de Consciência Negra da USP (1987 até os dias atuais), o grupo escolheu nomear o coletivo como Núcleo de Consciência Negra da Unicamp. O processo de nomeação foi um momento significativo para consolidação do grupo enquanto um coletivo permanente, em um primeiro momento, aberto à participação de pessoas negras e não-negras – o que mudaria poucos anos depois. Por outro lado, definir um nome para o

⁷ Talvez um dos mais antigos coletivos de estudantes e funcionários LGBTQI+ da UNICAMP, o NUDO ficaria amplamente conhecido na universidade pela organização das *Calouradas Coloridas* e da *Festa do Babado* que passou a ser desenvolvida anualmente, desde 2012, pelo que se tornou o “Coletivo Babado”. A festa acontecia como celebração de encerramento das *Semanas do Babado*, que consistiam num conjunto de eventos organizados pelo coletivo e voltados à discussão das relações de gênero e diversidade sexual na universidade. A última *Semana do Babado*, seguida da festa, aconteceu no ano de 2015. Sobre o tema ver: Falcão (2017).

coletivo surgiu como uma necessidade diante da busca por patrocínios para subsídio do QTCA e outras atividades.

Definindo-se como Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, o coletivo passou a concentrar suas reuniões no espaço público do campus universitário, mais exatamente nas mesas da praça do Pavilhão Básico II da Unicamp, lugar de grande circulação. Encontravam-se semanalmente, às sextas-feiras, por volta de 12 horas, período que permitia a participação do maior número de integrantes possível. Após dialogarem por volta de 1h45 minutos, a cena comum era que o grupo se deslocasse para o Restaurante Universitário, o bandejão. Este era um dos momentos em que apenas por existirem e circularem “enquanto grupo” no espaço da universidade, eles produziam visibilidade e militância. Constituir uma mesa inteira de estudantes negros no salão do principal bandejão da universidade, em um período em que o número de estudantes negros poderia ser “contado a dedos”, era em si um evento que chamava a atenção. Para os ativistas vinculados ao NCN, este momento se traduzia afetivamente pelo sentimento de pertencimento e de enfrentamento à solidão e invisibilidade no campus. Assim como relatou Milena, “eu me senti num lugar de acolhimento assim, a gente podia almoçar junto e conversar, acho que foi meio aí, encontrei meu grupo na Universidade, sabe?”, e prossegue, “Finalmente, depois de tantos anos”.

Conforme mencionado por Carolina, os ativistas se preparavam ansiosamente para seus encontros: “a gente se arrumava tudo, botava turbante, se encontrava as pessoas pretas todas juntas, tirava foto (risos) era muito legal”. Assim, incorporando indumentárias africanas, como por exemplo o uso de turbantes, os membros do grupo faziam uma declaração pessoal sobre si mesmos, mas também coletiva, afirmando, pela estética, o orgulho de sua identidade racial e disputando por sua visibilidade, uma linguagem política que tem sido observada historicamente (Gomes, 2017), e que ganha centralidade na ação de movimentos negro e LGBTI+ contemporâneos (Ribeiro, 2021).

Se nos seus primeiros dois anos de existência, o coletivo foi aberto à participação de pessoas negras e não-negras, notadamente, pessoas brancas, a renovação geracional experimentada pelo NCN no ano de 2014 modificaria este quadro. Conforme o relato de atores que compuseram o grupo a partir daquele ano, com a cada vez maior consolidação do coletivo, as pessoas brancas foram mais explicitamente tratadas como apoiadoras da luta antirracista, encaminhando-se a outros espaços de atuação política, em particular, para a Frente Pró-Cotas. A decisão de fazer do NCN um coletivo de estudantes exclusivo para pessoas negras passava pela necessidade de garantir um espaço seguro (Collins, 2016), à permanência, autonomia, protagonismo bem como a exposição do íntimo das pessoas negras engajadas, em um contexto em que discussões em torno da subjetividade negra e sofrimento psíquico geravam profundos tensionamentos no interior do grupo (Mesquita, 2021: 163). Partia-se da premissa de que a abertura à participação de pessoas brancas poderia atrair curiosos, não necessariamente comprometidos com o principal objetivo do grupo, o enfrentamento do racismo. Além disso, mesmo no caso da participação de sujeitos brancos antirracistas, na perspectiva dos ativistas, as dinâmicas das relações raciais geravam conflitos e disputas que tornavam a posição das pessoas brancas frequentemente hostil.

Até a implementação da política de cotas na Unicamp, em 2017, o NCN se constituiu como o único coletivo negro apartidário em atuação na universidade. A emergência do NCN gerou uma pressão profunda nas entidades e correntes do movimento estudantil que já estavam presentes no campus, com relações de vínculo com diferentes partidos políticos. A incidência do NCN no cotidiano das lutas no campus e fora dele, provocava as organizações mais tradicionais da universidade, implicando que passassem a se posicionar de forma mais incisiva com relação a promoção do antirracismo. Embora apartidário, o NCN nunca foi fechado à participação de pessoas negras simultaneamente vinculadas a partidos políticos, ainda que a maioria de seus membros, em todos os seus anos de existência até 2020, tenham sido entendidos como “independentes” da atuação partidária. Sempre disputado, o NCN era percebido pelos movimentos estudantis ligados aos partidos, na perspectiva de alguns membros, como um locus de ação política a ser cooptado ou como uma ameaça às organizações políticas mais institucionalizadas.

Conforme observam diversos estudos voltados ao campo dos movimentos sociais negro, feminista e LGBTI+ contemporâneos, (Gomes, 2018; Carmo, 2018; Zanolli, 2019; Lima, 2020; Abdalla, 2020; Mesquita, 2021) um dos elementos de coesão do grupo, desde sua fundação, é sua relação de desconfiança com relação aos partidos políticos e às formas de atuação consideradas institucionalizadas. Neste sentido, assim como tem sido observado em diversos coletivos de estudantes negros espalhados pelo país, (Guimarães, Rios e Sotero, 2020) o NCN assumia uma forma de organização que acionava a noção de horizontalidade, além da adesão a múltiplas pautas, estabelecidas contextualmente. A incorporação do masterframe interseccional (Zanolli, 2019) traduzido no mote da luta “contra o racismo e todas as formas de opressão” ganhava centralidade. Além disso, o NCN se destacava por sua forte presença na esfera virtual, em especial a rede social Facebook, que servia de suporte à organização de atividades, estabelecimento de debates e divulgação de denúncias.

Uma das principais frentes de atuação do coletivo era a condução de rotinas de formação teórica e política, internas e abertas. Além do conjunto de seminários que constituía anualmente as edições do QTCA, o NCN se engajava na construção de cine-debates, rodas de conversa, aulas públicas, festividades, e outros eventos orientados a formação antirracista, em uma perspectiva interseccional. Esses eventos contavam com a participação de convidados externos à Unicamp, como intelectuais negros vinculados a outras universidades brasileiras, lideranças do movimento negro, sacerdotes de religiões de matriz africana, mestres de capoeira, griots, entre outros indivíduos considerados representantes de epistemologias negras, geralmente não incorporadas aos currículos acadêmicos. Além disso, o próprio cotidiano da militância era entendido como um espaço contínuo de formação. Os ativistas se percebiam então, conforme argumenta Gomes (2017), ao definir o Movimento Negro como um Educador da sociedade Brasileira, (re)educados pelo seu engajamento político, consolidando uma “subjetividade desestabilizadora”, uma identidade militante: a incorporação de um sentido para a própria existência que passa necessariamente por saídas coletivas (Mesquita, 2021). Por outro lado, por sua atuação política, (re)educavam a universidade.

Conforme mencionado anteriormente, o NCN surgiu a partir de disputas em torno da pertinência da temática das cotas raciais entre estudantes negros da universidade. Contudo, a partir do ano de 2014 a luta pelas cotas se converteria na principal pauta defendida pelo coletivo, até sua implementação em 2017. O ano de 2014 é marcado por uma significativa renovação geracional no grupo. Ativistas brancos são convidados a se direcionarem para FPC e as ativistas fundadoras, Carolina Pinho e Mariana Assis se desengajam do coletivo, devido a tensões internas envolvendo o formato de organização das atividades do grupo, as noções de horizontalidade, a desconfiança com relação à política institucional e a noção de hierarquia. A pluralidade política que caracterizava o coletivo, com a presença de pessoas “independentes”, “anarquistas”, e em menor número, “partidárias”, além das diferentes trajetórias de socialização política e acúmulo de capitais políticos estava no centro dessas disputas.

Ao mesmo tempo, o ano de 2014 é marcado pelo ingresso de novos membros favoráveis à política de cotas, incluindo pessoas que haviam participado na linha de frente do processo de implementação da política de cotas raciais na UNESP, em 2013. A presença desses novos ativistas culminou numa reorientação da ação política do grupo. A partir de então, o NCN passou a colaborar intensamente com a FPC, se articulando inicialmente em defesa da implementação de cotas raciais em programas de pós-graduação da Unicamp, o que levou a primeira experiência em 2015, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e em 2016, a greve geral que resultou na implementação da política de cotas para o acesso aos cursos de graduação na universidade, a implementação do vestibular indígena, a criação de órgãos como a Comissão Assessora de Diversidade Racial (CADER) e a maior representação de estudantes negros em diferentes instâncias da vida universitária. A seguir, trataremos mais detidamente da atuação dos primeiros estudantes que ingressaram por cotas na Unicamp, em cursos de pós-graduação do IFCH.

Grupo de estudos de feminismos negros da Unicamp e o diagnóstico do epistemicídio

Na esteira das transformações do ensino superior, conforme apresentamos na introdução, as cotas adentram a Universidade Estadual de Campinas em 2015 por meio da implementação das cotas raciais no IFCH. Tal conquista foi resultado de uma grande articulação entre a Frente Pró-Cotas da Unicamp, o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, os funcionários técnico-administrativos e uma nova geração de docentes recém-contratados no instituto.⁸

Após os processos de seleção de 2015, com cotas, em quatro dos nove programas de pós-graduação do IFCH, as primeiras turmas ingressam em 2016 com estudantes negros oriundos, em boa parte, de instituições públicas e privadas que já possuíam a política das cotas. É neste contexto que Stephanie Lima, uma das autoras deste texto, chega à Unicamp.

⁸ Aqui, sublinhamos a participação de docentes dos departamentos de Sociologia e História do IFCH, ressaltando a atuação de docentes como Mário Augusto Medeiros da Silva e Lucilene Reginaldo, como também o apoio histórico do Centro de Pesquisa Social em História Social da Cultura (CECULT) em favor das cotas.

Egressa da graduação da UFRJ e do mestrado na UERJ, Lima trouxe consigo o anseio de contribuir com espaços de fomento à intelectualidade negra. É neste contexto que ela reuniu outros estudantes e fundaram o Grupo de Estudos de Feminismos Negros da Unicamp, primeira ação dos estudantes cotistas, existindo entre 2016 e 2018.

Como pesquisadora negra, ainda no início da formulação do projeto de pesquisa, ao perceber e passar a fazer parte da intensa mobilização de jovens negros na universidade, Stephanie foi tomada pelo desejo de pesquisar sobre o tema. Naquele momento, ela não apenas acreditava que fazia parte de uma história partilhada de sujeitos negros, como também refletia sobre a necessidade de protagonizar a narrativa da experiência, produzindo conhecimento sobre ela. Dessa forma, Stephanie trilhou sua trajetória demonstrando que sua narrativa, experiência de vida e produção de conhecimento estão relacionadas, tal como na prática de seus interlocutores e de outros intelectuais negros.⁹ Dessa forma, tal como na seção anterior, reconstituímos a história do Grupo de Estudos de Feminismos Negros a partir das trajetórias de suas fundadoras.

Em 2016, Stephanie Lima iniciou seu doutorado como a primeira e única estudante cotista da linha de pesquisa “Estudos de Gênero” do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Logo no início do semestre, conversando com Nathanael Araújo — ingressante no programa de Antropologia Social, com o qual Stephanie compartilhava a experiência de deslocamento do Rio de Janeiro para Campinas, bem como a condição de primeiros cotistas e uma casa, durante o período de disciplinas. Juntos, passaram a perceber que apesar de seus projetos de pesquisa não se relacionarem aos estudos raciais, existia uma expectativa de que eles falassem e dominassem este tema durante os debates nos cursos. À época, eles diziam que os colegas e professores os consideravam “guardiões da raça”. Diante de tal contexto, eles foram levados a perceber que haviam lido pouco sobre raça, e tiveram poucos autores negros em suas formações.

Logo no início de sua trajetória na Unicamp, Stephanie encontrou no NCN da Unicamp um espaço para compartilhar seus incômodos, algo comum nas experiências de outros estudantes negros. Ao invés de negar o status de “guardião da raça”, passou a pesquisar as referências de autoras negras discutidas no NCN, especialmente autoras da teoria feminista negra.

Ao fim do primeiro semestre de 2016, do encontro entre estudantes negros identificados como os ditos “guardiões da raça”, em um movimento muito parecido com aquele que está na origem do NEN e do NCN, Stephanie, juntamente com Nathanael, Silvia Castro e Leticia Pavarina — as duas últimas, ingressantes no doutorado e mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, respectivamente — e estruturam o que seria o Grupo de Estudos de Feminismos Negros da Unicamp. Por um desejo de não fazer desse grupo um lugar exclusivo de pessoas negras, abriram o convite da organização para outros

⁹ Segundo bell hooks (1995) intelectual “é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas”. Neste artigo, iremos nomear todos os interlocutores de “intelectuais”, pois todos em suas pesquisas estão “transgredindo fronteiras”.

colegas não negros, como Vanessa Sander — aluna branca ingressante no doutorado em Ciências Sociais – desde a criação do grupo, em agosto de 2016.

A primeira ação do grupo foi a construção de uma ementa de leituras com textos de teóricas feministas negras com o objetivo de proporcionar um espaço de formação individual e coletiva.¹⁰ Apesar da ausência de professores nos encontros, ao final do ano de 2016, uma professora solicitou acesso à ementa, como um recurso para auxiliar a organização de um programa de curso que seria ofertado como disciplina obrigatória para a linha de gênero da pós-graduação em Ciências Sociais, no primeiro semestre de 2017.

Durante todo o primeiro semestre do Grupo de Estudos, os integrantes negros partilhavam relatos acerca da dificuldade de desenvolverem suas pesquisas e debaterem sobre seus temas numa universidade “extremamente branca”. Então, em 2017, o grupo organizou o *Seminário Raça, Gênero e Diáspora*, divididos em quatro sessões, congregando 20 pesquisadores negros do IFCH, com trabalhos em diferentes níveis de desenvolvimento, da graduação ao doutorado (Ver Anexo II). A organização do Seminário mobilizou o Instituto. Um evento exclusivo para pesquisadores negros foi visto como um excesso e desejo de separação por parte de alguns docentes, o que refletiu na ausência quase que total da categoria. Em contraste, o evento foi um ponto de encontro de quase todos os estudantes negros do instituto, mesmo aqueles que não apresentaram trabalhos.



Figura 1. Cartaz de divulgação do Seminário *Raça, Gênero e Diáspora* (2017).

Como nas ações dos coletivos negros pesquisados por Stephanie Lima (2020), a ideia “nossos passos vêm de longe” era constante nos debates do Grupo. No Seminário, ao comentar o trabalho de outra colega, um dos participantes fez uma aproximação daquele

¹⁰ Durante a organização da ementa de leituras do grupo, tiveram muita dificuldade em achar textos oficialmente traduzidos de feministas negras norte-americanas. Contudo, após o lançamento do livro *Mulher, Raça e Classe* da Angela Davis, em 2016, pela Boitempo, as traduções oficiais de textos de intelectuais negras aumentou consideravelmente, como: Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde, entre outras. Além disso, a relação entre as traduções oficiais destes textos e a ampla divulgação realizada pelas editoras – principalmente a Boitempo – é comentada em campo como um aspecto central para o crescimento de discussões acerca do feminismo negro. (Ver Anexo I).

momento com o evento *Quinzena do Negro*, em 1977, na USP (cf. Ratts, 2011a). Longe de uma simples comparação ao marco histórico do movimento negro, para Teófilo Reis, membro do NCN da Unicamp e doutorando em filosofia à época, estávamos ali lutando pelo direito àquela instituição, seguindo os passos de Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira (cf. Ratts, 2011a). Nesse sentido, vale destacar um trecho da fala de Eduardo Oliveira Oliveira após a conferência de Beatriz Nascimento na *Quinzena do Negro*, registrado no filme *Ôrí*:

Nós temos direito a essa instituição. Sobretudo essa aqui [a USP] que é pública. E o fato de fazer [a Quinzena do Negro] dentro dessa universidade é porque a universidade assume a sua possibilidade de universidade para formar mais negros. Para que se formem como Beatriz, que passou por aqui, para ir ao quilombo, a favela ou seja lá o que for, e dar os seus ensinamentos. Agora, sem uma universidade, sem um crédito, seria até impossível conseguir esta semana aqui, porque eu seria apenas um negro. Hoje, depois de dez anos ou doze de trabalho, já me mandam entrar e sentar, porque eu sou Eduardo de Oliveira e Oliveira que tenho um título, que não pretende ser doutor, que não se branqueou, mas que usa disso como instrumento de trabalho para se afirmar como negro e ajudar outros negros a se afirmarem como tal.

(Depoimento de Eduardo Oliveira Oliveira em *Orí*, 1989)

Após o Seminário, os estudantes do Grupo eram parados nos corredores tanto por alunos como por professores brancos que falavam sobre a vontade de “discutir” aqueles temas. Uma das poucas professoras que foi a uma das sessões do Seminário relatou que ao ouvir os debates, repensou suas próprias reflexões de pesquisa e incorporou mais autores negros ao seu escopo teórico, o que ficou evidente no programa de disciplina que ofertou dois anos depois. Outra professora, se referiu ao Grupo de Estudos como um “furacão”.

Desse modo, os “furacões” tornaram-se uma estratégia de permanência e desenvolvimento de carreira para intelectuais negros em um espaço considerado hostil e elitizado como a academia (Ratts, 2011b). A fala de Teófilo Reis no Seminário e de Eduardo de Oliveira e Oliveira, ainda na década de 1970, demonstram o processo de construção coletiva e individual do intelectual negro. Neste sentido, o diagnóstico do epistemicídio¹¹ passa por não se sentir representado nos autores e nos textos discutidos na universidade,

¹¹ Apesar de alguns autores no tema utilizarem duas categorias – “racismo acadêmico” e “confinamento racial” –, durante a etnografia nos coletivos e em materiais produzidos para e por eles, a categoria de denúncia é epistemicídio, utilizando, recorrentemente, a definição de Sueli Carneiro (2005) proposta para o termo. Segundo esta autora, epistemicídio é um conjunto de práticas que nega, dificulta e elimina a produção de conhecimento construída por pessoas negras. Apesar de ser sabido em campo que o termo fora criado por Boaventura de Souza Santos, o autor raramente é citado. Assim, epistemicídio é utilizada como termo êmico. Ou seja, os sentidos usados extrapolam o conceito, entrecruzam referências e outras categorias como “racismo acadêmico” e “confinamento racial”.

ausência que é sentida e visibilizada a partir do enfrentamento histórico do movimento negro na universidade, na luta por representação na produção de conhecimento.

Os debates que permearam o Grupo são exemplos da luta contra o epistemicídio, luta que se faz na (re)educação da universidade (Gomes, 2018). Concordando com os colegas negros de nossa geração na Unicamp, lutar contra o epistemicídio por meio da organização de grupos de estudos, seminários e defesa das cotas é lutar pelo direito à universidade, lutar pela permanência e pela possibilidade de desenvolvimento de uma carreira como intelectual negro.

Convém dizer que não temos a pretensão de afirmar que o uso da experiência como produtora de conhecimento seria algo novo no campo científico brasileiro. Todavia, seu uso por parte de sujeitos cujos corpos estiveram pouco presentes nesse espaço resulta em uma transformação social e epistêmica. Assim, a universidade como um local de ensino e produção de conhecimento, atravessa e é atravessada pelas narrativas e vivências dos sujeitos que a compõem. As desigualdades de raça, gênero e sexualidade formatam os códigos e linguagens valorizadas na universidade. Apesar dos desafios que acompanham a presença nestes espaços, sujeitos negros trazem à universidade novas formas de articulação e fazem florescer uma ética antirracista que, tal como discutiremos na próxima seção, transfere “o debate de raça” para o lugar das “relações raciais”, partilhando as responsabilidades e saídas coletivas.

A greve que fez a Unicamp falar sobre cotas

O ano era 2016. Exatamente no fim da tarde do dia 10 de maio, uma terça-feira, o vão do prédio do Ciclo Básico II da Unicamp começou a ser ocupado por estudantes. A noite mal tinha chegado e mais de mil e quinhentos estudantes se reuniram atentos às intermináveis falas. Àquela altura, as movimentações estudantis ainda eram controladas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), que por sua vez era liderado pelo Domínio Público, coletivo do movimento estudantil ligado a uma das correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O movimento estudantil tradicional marcou presença e disputou as pautas que lhes eram caras. Além do DP, estavam presentes integrantes do Juntos e do Vamos à luta! (ligados a correntes do PSOL), Pra Fazer Diferente, coletivo estudantil ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), integrantes da Faísca (coletivo estudantil ligado ao Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT), um estudante negro que se identificava publicamente como militante do Partido dos Trabalhadores e estudantes que reivindicavam uma perspectiva liberal (mais tarde, parte deles formariam o grupo Apenas Alunos, outros se ligariam ao Movimento Brasil Livre da Unicamp). Também estavam presentes, membros de diferentes centros acadêmicos e de movimentos sociais que atuavam na universidade.

O estopim para aquela assembleia geral foi o anúncio do corte de gastos de 40 milhões pela reitoria da Unicamp e a forte mobilização contra a precarização do Instituto de Artes, que culminou numa greve estudantil. Além disso, o cenário político estava tomado pela abertura do processo de Impeachment, uma grave crise econômica e social, e por ocupações

que eclodiram nas escolas de nível secundário e universidades públicas. O nível de engajamento dos estudantes canalizava certa expectativa por transformação social e uma necessidade de resposta àquelas crises.

Enquanto as negociações e estratégias dos coletivos, sobretudo do movimento estudantil mais tradicional (aqueles ligados a partidos políticos) eram mobilizadas nas inscrições para falas, em geral defendendo a necessidade da greve e ressaltando a necessidade de responder à reitoria, membros dos movimentos sociais traçavam suas propostas pensando no momento ideal para colocá-las. Foi neste momento que membros e ex-membros do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp enxergaram naquela assembleia uma oportunidade para, uma vez mais, defender as cotas raciais. Após as falas, os estudantes decidiram, por uma visível maioria, a instalação da greve e a ocupação da reitoria.

Em seguida, decidiram que o mote da greve seria “Cotas sim, cortes não! Contra o golpe e pela educação! Permanência e Ampliação!”. O processo de decisão destes eixos foram objetos de grande disputa, sobretudo no que diz respeito às cotas e um posicionamento acerca do processo de impeachment. O tema do golpe parlamentar contra Dilma Rousseff foi defendido no microfone por membros no Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, do Partido dos Trabalhadores e do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores, já a oposição viria dos membros do PSTU e de correntes do PSOL. Ainda que as cotas não fossem uma pauta central do movimento estudantil tradicional, que naquele momento apoiava simbolicamente sua implementação, a resistência às cotas emergiu do conjunto dos estudantes. Foi necessário um forte apelo para convencer os estudantes e formar uma maioria. Tanto para o tema do golpe, como para o tema das cotas precisaram separar os estudantes contrários dos favoráveis para uma contagem corpo a corpo. Por uma margem estreita, as duas pautas foram acolhidas pela assembleia.

Da assembleia no prédio do Ciclo Básico, o movimento dirigiu-se à reitoria, ocupando o seu prédio principal por cerca de três meses. Com as experiências frustradas de greves e ocupações anteriores¹² como acompanhantes, esta geração de estudantes organizou uma ocupação organizada em comissões, com porta-vozes, reivindicações e trabalho coletivo de apoio jurídico e um plano de capilaridade na comunidade universitária.

Os grupos políticos dividiram-se organicamente em torno de suas pautas prioritárias. Foi assim que cerca de 5 estudantes negros do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp travaram uma disputa pela direção da greve e da ocupação, colocando as cotas raciais como a pauta principal daquele processo. Além da presença diuturna nas assembleias gerais, o pequeno grupo do NCN começou a se expandir com a chegada de novos integrantes e a parceria com a Frente Pró-Cotas da Unicamp (FPC), e começaram a disputar cada uma das assembleias dos institutos e faculdades, sempre defendendo as cotas como princípios de reivindicação. Em muitas oportunidades, as assembleias do curso mobilizaram mais da metade de seus estudantes, boa parte deles movidos a impedir a pauta das cotas. Em todas as 21 unidades da Unicamp, existiu uma decisão pela adesão à greve ou mesmo de paralisações

¹² Alguns estudantes participaram da greve de 2007, 2011, 2013 e 2014, outros participaram da ocupação da administração da administração da Moradia Estudantil em 2011 e da própria reitoria da Unicamp em 2013.

pontuais, todas elas em defesa das cotas. Este trabalho foi possível pelo acúmulo do NCN e da FPC na discussão sobre ações afirmativas na universidade. Apesar de cansativo e da grande exposição deste tipo de tarefa, as assembleias definiam programações de atividades relacionadas às suas pautas, o que foi crucial para que as cotas fossem amplamente discutidas, transformando a Unicamp de universidade da “inclusão meritocrática” para uma universidade que “precisava falar sobre cotas”.

Outro resultado deste processo é que, uma vez que a proposta das cotas se transformou em pauta central da greve e da ocupação, seus porta-vozes, membros do NCN e da FPC ganharam legitimidade do conjunto dos estudantes para participar da negociação com a reitoria, como também para propor os caminhos e termos das reivindicações. Desta maneira, estudantes que se organizavam em torno da pauta das bolsas de permanência e estudantes que viviam na moradia estudantil da Unicamp passaram a reivindicar espaço de representação na greve para propor e negociar os termos referentes à demanda por ampliação da moradia estudantil e por mais recursos para permanência. Logo, a greve e a ocupação foram alvo de disputas de uma força ligada aos movimentos sociais (movimentos negros, pró-cotas e da moradia estudantil) e uma força do movimento mais tradicional, em geral composta por coletivos ligados a partidos políticos, alguns deles dirigindo as entidades estudantis, mas em um contexto de profunda fragmentação interna e em um contexto de crise de legitimidade que ocorria na Unicamp, mas também no tecido social mais amplo.

É necessário destacar que as forças descritas aqui nem sempre eram homogêneas ou se produziam em oposição. Todavia, as tarefas de debate sobre as pautas, a legitimidade e a visão sobre a saída daquele processo eram bastante diferentes. Sobre o tema das cotas, integrantes do NCN e da FPC propuseram à assembleia dos estudantes uma proposta de negociação que reivindicava um calendário de discussões institucionais em formas de Plenárias Públicas e um Grupo de Trabalho que faria a relatoria das discussões e construiria uma proposta de implementação das cotas a ser debatida nas congregações das faculdades e institutos e, finalmente, levada à votação pelo Conselho Universitário. Do outro lado, propunha-se a continuidade da greve e da ocupação, que naquele momento começava a se desmobilizar e estava sob ataque da imprensa, até que o reitor implementasse as cotas. Algo que não aconteceria, uma vez que decisões como essa passam pelo crivo do Conselho Universitário. Após longo debate e indisposições, os estudantes decidiram pelo fim da ocupação e continuidade da greve, que posteriormente, foi enfraquecendo.

Atendendo nossas reivindicações, a reitoria criou três grupos de trabalho paritários entre representantes da reitoria e estudantes para discutir: 1) o calendário de realização de três audiências públicas e de uma proposta de cotas; 2) a reelaboração das políticas de bolsas; e, 3) a ampliação e reforma da moradia. O primeiro resultado real foi o aumento de bolsas e ampliação de concessão de auxílios externos para quem obtém o termo, mas não encontra vaga na moradia. O GT institucional das cotas contou com a representação do NCN e da FPC e deu início à organização de seu calendário de Audiências Públicas. Paralelamente, o NCN e a FPC deram seguimento à pauta das cotas criando um GT ampliado, com caráter de força tarefa, reunindo mais de 50 estudantes em prol das cotas com uma organização em diversas comissões de mobilização de modo semelhante à greve.

Outra ação importante no fim de 2016, foi a formação de uma chapa chamada “Bloco da Periferia” para ocupar cadeiras de representação estudantil no Conselho Universitário. A chapa era composta por membros do NCN, da FPC, da luta por moradia estudantil e estudantes do campus de Limeira e contou com apoio dos estudantes do Centro Acadêmico dos Estudantes de Química (grupo que protagonizou os debates sobre as demandas dos estudantes dos cursos de exatas e foram ativos na mobilização da greve e da ocupação). Mesmo sem recursos para a campanha, o “Bloco da Periferia” foi a chapa mais votada do campus de Barão Geraldo, garantindo três cadeiras de representação, incluindo a eleição de Bruno Nzinga Ribeiro, um dos autores deste texto. Tal movimento já se preparava para as lutas que seriam travadas no Conselho Universitário, com destaque para a votação da proposta das cotas.¹³

Ainda no fim de 2016, as audiências públicas ocorreram com a presença do reitor José Jorge Tadeu, com ampla participação da comunidade universitária, a presença de movimentos sociais da Unicamp e de fora da Unicamp, com destaque para o movimento dos cursinhos populares de São Paulo e a Educafro, e convidou intelectuais que se destacaram no debate das cotas num cenário nacional. A primeira audiência ocorreu no dia 13 de outubro com o tema “Cotas e ações afirmativas: perspectiva histórica e o papel da Universidade Pública no Brasil”, a segunda audiência aconteceu em 17 de novembro com o tema “Cotas e ações afirmativas: experiências nacionais e internacionais” (realizada em novembro de 2016) e a terceira audiência pública ocorreu em 12 de dezembro com o tema “Cotas e ações afirmativas: o PAAIS, seus alcances e limites”.

Paralelamente, realizamos uma campanha nacional a partir da página “A Unicamp precisa falar sobre cotas”, mobilizando apoios de estudantes, funcionários, docentes da Unicamp e de outras universidades, lideranças políticas e artistas. Nas vésperas da discussão no Conselho Universitário, Ribeiro (2017) escreveu um artigo chamado “Por que Danny Glover apoia COTAS na Unicamp?”, onde expunha um resumo da trajetória da luta pelas cotas, situando a greve e divulgando a campanha que contou com apoio público do ator afro-americano Danny Glover, Marielle Franco, Dilma Rousseff, Adriana Calcanhoto, Leci Brandão, Sueli Carneiro, Douglas Belchior, Mc Carol e outras personalidades.

Na Unicamp, o apoio se multiplicava por apoios cada vez mais robustos. De modo semelhante à atuação nas assembleias estudantis da greve, a FPC e o NCN estiveram presentes nas reuniões de congregação de todas as unidades da Unicamp, com o objetivo de

¹³ A demanda por representação institucional nas câmaras de deliberação tem como origem a experiência frustrada da primeira tentativa de implementação das cotas nos programas de pós-graduação do IFCH, em 2014, num contexto em que o debate sobre as cotas era manejado por estudantes do “movimento tradicional”, descolados das discussões sobre ações afirmativas. Apesar de favoráveis às cotas, os representantes não conheciam a nossa proposta de política e lançavam mão a argumentos de “dever moral”, o que prejudicou a apresentação da proposta da Frente Pró-Cotas, do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp e que também era articulada por alguns docentes. No ano seguinte, 2015, membros do NCN e da FPC reivindicaram à assembleia dos estudantes de ciências sociais e história, o direito às falas na discussão da congregação. Assim, os representantes dos estudantes e alguns funcionários passaram o direito de fala, e o instituto aprovou a adesão ao princípio das cotas, sendo a primeira experiência de cotas raciais em programas de pós-graduação das universidades estaduais paulistas.

garantir apoio dos conselheiros da Unicamp espalhados pelas unidades. Para isso, o GT ampliado dos estudantes mapearam os representantes do Conselho Universitário e traçaram diferentes estratégias para o diálogo.

Já na véspera da eleição, aconteceu um Ato Nacional de apoio às cotas na Unicamp com participação de artistas, movimento negro de Campinas¹⁴, cursinhos populares e entidades nacional e estadual dos estudantes. No dia 30 de maio, às 5 horas da manhã, um ato-vigília foi iniciado em frente ao prédio do Conselho Universitário da Unicamp, com cerca de duas mil pessoas que acompanharam a votação pelo telão no decorrer do dia. A apreensão era grande. Algumas falas flagrantemente racistas eram rechaçadas e falas pró-cotas eram ovacionadas pela vigília. Os aplausos e as vaias ecoavam na sala de discussão do Conselho Universitário. A imprensa também acompanhava a discussão. Após horas de debate em torno do relatório do GT-Cotas, o conselho aprovou, alguns apoiando e outros por constrangimento, a adesão ao princípio das cotas, a criação do Vestibular Indígena¹⁵, propostas a serem delineadas por um no “GT-Ingresso” institucional com participação da FPC, NCN, Discentes, Funcionários e representantes do Conselho Universitário e da COMVEST (responsável pelo vestibular). Posteriormente, o GT-Ingresso desenhou uma proposta mista que instituiu diferentes maneiras de ingresso –pelo ENEM, pelo vestibular tradicional da COMVEST, pelo Vestibular Indígena e por recrutamento, chamado “Vagas Olímpicas”, utilizando desempenho em competições científicas— e mantendo as bonificações do PAAIS no vestibular, como também continuando com o recrutamento via ProFis.¹⁶

Em suma, a Unicamp aderiu às cotas por meio de forte pressão dos movimentos negro e pró-cotas que (re)educaram (Gomes, 2018) a universidade, trazendo uma visão mais ampla sobre o que é uma universidade “socialmente referenciada”. Além da aprovação das políticas de ingresso, o aumento dos recursos para permanência estudantil, a criação de uma Diretoria de Direitos Humanos e de iniciativas institucionais voltadas ao combate ao racismo e à violência de gênero.

Considerações Finais

Os espaços de ação coletiva negra na universidade são parte de movimentações que tem transformado a realidade social. Todavia, tal como com os movimentos negros que atuam em outras esferas da sociedade, tais coletivos tem sido escanteados dos debates públicos e mesmo da memória sobre os processos de conquistas. Neste sentido, é importante

¹⁴ Participaram os griôs e griottes do Grupo Urucungus em homenagem à Raquel Trindade, Preta Rara, Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Flávio Rude Ruffneck Sound System, Du Kiddy, Aluísio Alberto, Casa Cultura Tainã e Renata Oliveira

¹⁵ É fundamental registrar a atuação dos estudantes indígenas da Universidade Federal de São Carlos universidade pioneira nesta discussão, para pensar o Vestibular Indígena. A vinda desses estudantes foi articulada em diversos momentos pelos membros da Frente Pró-Cotas da Unicamp. Além de contribuir com a proposta do GT de Cotas, estes estudantes participaram do debate no Conselho Universitário. Mais recentemente, a Unicamp e a UFSCar realizam um Vestibular Indígena conjuntamente.

¹⁶ Ver deliberação Consu-A-008/2017, disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/9150/0>. Acesso em 24 dez. 2022.

retomar a importância das cotas no ensino superior e nos concursos públicos brasileiros no sentido de conscientizar a sociedade acerca das desigualdades que se perpetuam sob um manto de silêncio. Por isso ressaltamos, uma vez mais, o argumento de Nilma Lino Gomes (2018) sobre como o movimento negro (re)educa a sociedade.

Não coube ao escopo deste texto trazer as minúcias da estratégia dos estudantes negros do NCN da Unicamp para engajar seus pares brancos em prol das cotas raciais. Mas é preciso dizer que passou por uma “cartilha de diálogo”, elaborada conjuntamente no decorrer de anos de espera. O primeiro passo era a) afirmar que eles eram brancos, b) pensar conjuntamente o que significa ser branco no Brasil, c) oferecer alternativa a sujeitos que, no debate, viam seu chão de privilégio disfarçado de meritocracia desabar e, então, d) convidá-los a pensar outro mundo a partir de seus contextos, naquele caso, a universidade. O debate das cotas foi uma oportunidade para disputar narrativas sobre raça, debatendo branquitude, responsabilidade e direitos, e combatendo as ideias de “democracia racial” e “meritocracia”.

A nível nacional, as ações afirmativas fortaleceram a consciência racial dos brasileiros, o que pode ser verificado no aumento do percentual de pessoas que se afirmam negras. É neste contexto que as pautas de letramento, equidade e representatividade raciais se tornaram incontornáveis na organização social do nosso país, saindo de círculos restritos aos movimentos sociais. Foram justamente estas políticas que permitiram que profissionais liberais negros como médicos, engenheiros e advogados deixassem de ser “raios em céu azul”.¹⁷

Na Unicamp, vimos uma mudança profunda sobre como a universidade e seus membros se enxergam. As cotas raciais e o Vestibular Indígena colocaram a diversidade no centro das políticas, aumentando os programas de permanência estudantil, destravando o debate sobre a ampliação da moradia estudantil e colocando os conhecimentos de povos negros, indígenas, quilombolas, pessoas trans e pessoas com deficiência como interesses da universidade. A despeito disso, é interessante observar as tentativas de apagamento da luta pelas cotas e do papel da Unicamp no cenário nacional. Prova disso é que o sistema de bonificação do PAAIS e outros programas de ingresso não foram descontinuados, mas, sim, mesclados às cotas. É importante sublinhar que não advogamos pelo fim dos mecanismos de inclusão mistos, mas chamamos atenção à evidente tentativa de sustentar um suposto legado institucional de compromisso com as ações afirmativas, o que não se sustenta se comparados aos resultados da política de cotas raciais consolidadas em outras universidades.

A narrativa e a memória sobre a implementação das políticas das cotas e do Vestibular Indígena foram disputadas desde o dia da votação. No dia oito de junho de 2017, uma semana após a aprovação das cotas na Unicamp, Taina Aparecida Silva Santos e Bruno Nzinga Ribeiro¹⁸ publicaram no Portal Geledés o artigo “Carta às historiadoras e aos historiadores do futuro: ‘negros’ não são etc.”, tratando das sistemáticas tentativas de

¹⁷ Amauri Mendes Pereira (2003) traz a metáfora de Karl Marx em XVIII Brumário, utilizada por Edna Rolan, militante negra brasileira, ao pensar o impacto do debate das cotas na universidade brasileira.

¹⁸ À época, Bruno e Taina eram membros do NCN da Unicamp, participaram da greve, da elaboração da reivindicação das cotas e das disputas institucionais. Taina compunha o GT-Cotas da reitoria, Bruno era representante dos estudantes no Conselho Universitário.

apagamento da atuação dos estudantes negros, não apenas da instituição, mas também de parte dos movimentos sociais da Unicamp.¹⁹ No dia 20 de novembro do mesmo ano de 2017, a Faculdade Zumbi dos Palmares e a ONG Afrobras concederam o “Troféu da Raça Negra 2017” a 19 personalidades — dentre eles, à época, o governador João Dória, o reitor da Unicamp Marcelo Knobel e o reitor da USP Marco Antonio Zago, agraciados em razão da aprovação das cotas, mesmo após anos de resistência institucional. De lá para cá, é no mínimo curioso o fato da Unicamp atuar no debate das ações afirmativas como se tivesse “inventado” as cotas, omitindo a contribuição dos movimentos negro e pró-cotas de (re)educar ou constranger os membros da comunidade universitária.

Diante de uma Unicamp com cotas, acompanhamos iniciativas isoladas de acompanhamento das ações afirmativas nos programas de pós-graduação e a reestruturação dos processos de seleção, o que trouxe mais transparência aos processos, e avanços no regramento da distribuição das bolsas de financiamento da CAPES e do CNPq, das bolsas emergenciais e demais bolsas de estágio docentes. Se a Frente Pró-Cotas da Unicamp se desarticulou em razão da conquista de sua pauta central, as cotas raciais na graduação, vimos a continuidade de seu trabalho na construção de uma rede de apoio à permanência dos estudantes indígenas e o espraio da pauta das cotas para diversos programas de pós-graduação e a emergência de debates sobre políticas de inclusão de refugiados e quilombolas, como também de pessoas trans.²⁰ Também sublinhamos o impacto das cotas na criação de grupos como a “Rede de Historiadoras Negras e de Historiadores Negros” e o Comitê de Antropólogos Negros, e a criação e de congratulações como o “Prêmio Lélia González”, da Associação Brasileira de Antropologia, e o Prêmio Luiza Bairros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), por exemplo.

Neste ano de 2022, celebramos os dez anos de existência do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp. Um coletivo pensado numa das cozinhas da moradia estudantil da Unicamp, fortalecendo-se nas redes sociais, nas reuniões da pracinha do Pavilhão Básico II e no cotidiano de estudantes negros por toda a universidade. A história do NCN materializa a frase “nossos passos vêm de longe” e garante um direito à memória, reconhecendo o Núcleo de Estudos Negros, na história de estudantes negros invisibilizados na história da Unicamp e na presença aguerrida dos negros do Sindicato de Trabalhadores da Unicamp (STU). Hoje, há coletivos negros em boa parte dos cursos da Unicamp e podemos ver estudantes negros da medicina (Coletivo Quilombo Ubuntu) criticando práticas racistas e prestando homenagem aos corpos negros-“indigentes” explorados em suas aulas de anatomia, por

¹⁹ O artigo foi publicado originalmente na coluna Negro Belchior da Carta Capital. Posteriormente republicado no Portal Geledés, ver em: <https://www.geledes.org.br/carta-as-historiadoras-e-aos-historiadores-do-futuro-negros-nao-sao-etc/>. Último acesso em 28 de setembro de 2022.

²⁰ Nos últimos tempos temos acompanhado o avanço das cotas para pessoas com deficiência e para pessoas trans (aprovada no programa de antropologia social da Unicamp, em 2020). O debate sobre as “cotas trans” na graduação tem sido articulada pelo Núcleo de Consciência Trans da Unicamp (NCT), grupo de pessoas trans formado em 2022 a partir do Ateliê TransMoras, organização que ocupa uma das salas da Moradia Estudantil da Unicamp desde 2014 e que tem sido referência nacional para o ativismo de pessoas trans.

exemplo. Vemos um dos principais acervos da memória negra brasileira, o acervo do Geledés – Instituto da Mulher Negra, preservados no Arquivo Edgard Leuenrot da Unicamp.

No decorrer do artigo, fizemos um esforço de trazer ao centro do debate a luta pelas cotas na Unicamp a partir da nossa perspectiva de pesquisadores negros que pesquisaram coletivos negros e atuaram de diferentes modos neste contexto, reconhecendo a necessidade de disputar a memória sobre estes processos e contribuindo para visibilizar sujeitos e movimentos quase sempre omitidos. Com efeito, tratamos de movimentações negras que re(educam) a universidade cotidianamente (Gomes, 2018), descortinam as diferentes faces do Epistemicídio e revelam, tal como na experiência do Grupo de Estudos de Feminismos Negros da Unicamp, o confinamento racial da academia brasileira (Carvalho, 2006).

Por fim, convidamos colegas e docentes a seguirem registrando e contribuindo para a presença, permanência e memória de negros, indígenas e de outros sujeitos sub-representados. Se na introdução trouxemos os embates dos anos 2000 sobre as cotas raciais, simbolizadas pela “guerra das cartas” em favor e contrárias à implementação desta política, aqui, finalizamos reconhecendo a coragem de sujeitos que já defendiam que a universidade precisava mudar naquele período. Assim, assinaram a carta de 3 de outubro de 2006 em apoio às cotas raciais: os professores da Unicamp Celso Ribeiro de Almeida (Instituto de Biologia), Maria Betânia Amoroso (Instituto de Estudos da Linguagem), Mauro William Barbosa de Almeida (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Robert Slenes (IFCH), Sidney Chalhoub (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Silvia Hunold Lara (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Vilma Áreas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) e as doutorandas do programa de história Giovana Xavier da Conceição Côrtes e Isabel Cristina Ferreira dos Reis.

Referências Bibliográficas

- ABDALLA, Júlia. S. 2020. *Alianças, encontros e margens: feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região*. Campinas, Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- CARMO, Íris N. 2018. *O rolê feminista: Autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo*. Campinas Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- CARVALHO, José Jorge de. 2006. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, vol. 68: 45-67. DOI 10.11606/issn.2316-9036.v0i68p46-57
- FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. 2017. *Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook*. Campinas, dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- GOMES, Carla C. 2018. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GOMES, Janaína Damasceno. 2008. *Elas são pretas: cotidiano e sociabilidade de estudantes negras na Unicamp*. Campinas, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

- GOMES, Nilma Lino. 2017. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, Vozes.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. 2020. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 32, n. 2: 309-327. DOI 10.25091/s01013300202000020004
- hooks, bell. 1995. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, vol. 3, n. 1: 464-478. DOI 10.1590/%25x
- LIMA, Paulo Gomes. 2013. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, vol. 18: 85-105.
- LIMA, Stephanie Pereira de. 2020. *"A gente não é só negro!": interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários*. Campinas, Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- MESQUITA, Tayná Victória de Lima. 2021. *É preciso mudar os lugares da mesa: um estudo das carreiras militantes de acadêmicos negros na Universidade Estadual de Campinas*. Campinas, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- MESQUITA, Tayná Victória de Lima. (no prelo). Movimento de Mulheres Negras do Brasil: saberes interseccionais e políticos. In: GOMES, Nilma Lino. (Org). *Saberes das Lutas do Movimento Negro Educador*. Rio de Janeiro: Vozes.
- NASCIMENTO, Beatriz; GERBER, Raquel. Ôrí. Documentário. Brasil, 1989, 100 min
- NUNES, Tote. 2022. "Número de cotistas aumenta 91% em cinco anos na Unicamp". *Jornal da Unicamp*, Campinas, 22 jul. 2022. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2022/07/20/numero-de-cotistas-aumenta-91-em-cinco-anos-na-unicamp>. Acesso em 24 dez. 2022.
- PEREIRA, Amauri Mendes. 2003. Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, n. 3: 463-482. DOI 10.1590/S0101-546X2003000300004
- RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.
- RATTS, Alex. 2011a. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.
- RATTS, Alex. 2011b. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. *Nguzu*, vol.1, n. 1: 28-39.
- RIBEIRO, Bruno Nzinga. 2021. *Afronta, vai, se movimenta! Uma etnografia da cena preta LGBT da cidade de São Paulo*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- RIBEIRO, Bruno Nzinga. 2017. "Por que Danny Glover apoia COTAS na Unicamp?". *Portal Esquerda Diário*, Campinas, 28 maio 2017.
- ROSA, William Paulino. 2022. *"Aquilombar é o que dá força": redes de afeto, de fazer política e produção de conhecimento em um coletivo de universitários negros de Medicina*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

- SILVA, Julio Costa da. 2001. *A exclusão do negro na universidade pública: historia oral de graduandos afro-brasileiros da Unicamp*. Campinas, dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1591075>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- SOUZA, Fabiana Mendes de. 2006. *Anonimos e invisíveis: os alunos negros na Unicamp*. Campinas, Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1604858>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- ZANOLI, Vinicius. 2019. *"Bradando contra todas as opressões!": uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos*. Campinas, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

sobre o autor e as autoras **Bruno Nzinga Ribeiro**

Mestre em Antropologia Social (2021), doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Campinas e pesquisador discente no Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero.

Tayná Victoria de Lima Mesquita

Mestra em Educação (2021), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisadora discente no Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero, na Unicamp.

Stephanie Pereira de Lima

Doutora em Ciências Sociais (2020) pela Unicamp. É articuladora no Programa de Suporte de Defensora de Direitos Humanos da ONG Criola

Autoria: Bruno Ribeiro, Tayná Mesquita e Stephanie Lima colaboram igualmente na coleta das informações, organização do argumento e redação do artigo.

Financiamento: A produção deste artigo não contou com financiamento.

Recebido em 18/08/2022.

Aprovado para publicação em 14/11/2022.

ANEXO I

Programa do Grupo de estudos Feminismos Negros: Perspectivas e Reflexões

7 reuniões | Terça-feira | 19h

Apresentação: O grupo surgiu da proposta de estudantes da Pós-Graduação do IFCH/Unicamp: Stephanie Lima, Silvia Castro, Letícia Pavarina, Vanessa Sander e Nathanael Araújo, para debater, conversar e refletir sobre as variadas vertentes do pensamento feminista negro, no Brasil e na Diáspora Africana. Está proposta de ementa será realizada no 2º semestre de 2016, com encontros quinzenais a partir de agosto. Buscamos dialogar com os alunos da graduação, da pós-graduação e demais interessados no tema.

A metodologia pretende, de forma interdisciplinar, harmonizar teoria e cultura negra.

Literatura: Carolina de Jesus/ Conceição Evaristo/ Cidinha da Silva

16 de agosto: Apresentação

Apresentação da bibliografia e recebimento de sugestões de textos.

30 de agosto- Reconhecer e Ser mulher negra (Movimento negro, movimento feminista, panafricanismo)

Filme: Cores e botas, 15 min. - Juliana Vicente/ Preta Portê Filmes

SANTOS, Miriam. 2014. Histórias do reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra. São Paulo, Dissertação mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo. (Introdução: 11-16; Cap 4: 72-110).

hooks, bell. Alisando nosso cabelo.

hooks, bell. 1995. Intelectuais Negras. Revista Estudos Feministas, n. 2/95. 1995

hooks, bell. 2008. Vivendo de amor. 2008

Leitura complementar

GOMES, Nilma Lino. 2007. *Sem perder a raiz – Corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Ed. Belo Horizonte: Autêntica.

13 de setembro 09 - Feminismo Negro – Estados Unidos

COLLINS, Patricia Hill. 2016. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1: 99-127.

hooks, bell. 2015. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16: 193-210.

SOJOURNER, Truth. *E eu não sou uma mulher?* Disponível em <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>



Leitura complementar:

JABARDO, Mercedes. 2012. "Prólogo. ¿Por qué esta antología del feminismo negro en castellano?". In: JABARDO, Mercedes. *Feminismos Negros - una antología*. Traficantes de sueños, pp. 13-26

COLLINS, Patricia Hill. 2012. "Rasgos distintos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes. *Feminismos Negros - una antología*. Traficantes de sueños, pp. 99-134

27 de setembro- Feminismo diaspórico

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. 2013. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras. (Capítulo 14, pp. 146-156)

BRAH, Avtar. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26: 329-376,

RIBEIRO, Matilde. 2006. O feminismo em novas rotas e visões. *Estudos Feministas*, vol. 14, n. 3: 801-811.

Leitura complementar:

BRAH, Avtar. Cap. 8: "Diáspora, fronteira e identidades transnacionais". In: Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión.

11 de outubro - Feminismo negro no Brasil - Lélia González

Filme: Entrevista Lélia Gonzalez, 10min. Acervo Cultne. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=o9vOVjNDZA8>

GONZALEZ, Lelia. 1984. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs*: s/n: 223-244.

CARDOSO, Cláudia Pons. 2015. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, vol. 22, n. 3: 965-983.

Leituras complementares:

<http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lelia-mnu.pdf>

<http://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez/>

25/10 - Feminismo Interseccional

Filme: Pretxs, episódio 3: Visibilidade trans, identidade de gênero e negritude

(<https://www.youtube.com/watch?v=a8zNYahxMDI>)

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em

Aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002.

LORD, Audre. 1984. Usos do erótico: o erótico como poder. Traduzido por Tate Ann de "Uses of the Erotic: The Erotic as Power", In: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches* New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. pp. 53-59.

8 de novembro - Feminismo negro marxista

Filme: Libertem Angela Davis, 97 min. Documentário - Shola Lynch, 2014

(<https://www.youtube.com/watch?v=uBKhr3XYaN4>)

(<http://www.masterfilmesonlinegratis.info/libertem-angela-davis>) - Versão “pirata”

DAVIS, Angela. 2013 [1982]. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

6 de dezembro - Mulherismo e mulherismo Africana

HUDSON-WEEM, Clenora “Africana Womanism: o outro lado da moeda”. Tradução: Naiana Sundjata. Revisão: UNIAPP. Disponível em:

<https://quilombouniapp.wordpress.com/2012/03/22/africana-womanism-o-outro-lado-da-moeda/>. Original: “Africana Womanism: the flip side of a coin”. *Western Journal of Black Studies*, The. FindArticles.com. 30 Jul, 2011.

DOVE, Nah. 1998. Mulherisma Africana: Uma teoria afrocêntrica. *Jornal De Estudos Negros*, vol. 28, n. 5.

BONETTI, Alinne de Lima. 2016. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, n. 20: 177-203.

Colorismo: o que é, como funciona - Geledés

<http://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

Leitura complementar:

<http://blogueirasnegras.org/2015/02/03/colorismo-quem-decide>

ANEXO II

Programação do Seminário Raça, Gênero e Diáspora, 21 e 28 de junho de 2017

Local: 21/06 - Sala de Tese - Prédio pós-graduação IFCH/UNICAMP

28/06 - Auditório - IFCH/UNICAMP

Sessão 1 - 21/06 - 09h – 13h | Debatedor: Nathanael Araujo

Apresentações:

Fernanda Martins - "Da racialização e generificação da antropologia: apontamentos e desafios"

Chryslen Mayra - "Epistemologias manchadas: o pensamento Ch'ixi como proposta de descolonização"

Julia Silva - "Mundo afora, Angola adentro: etnografando modos de vida e "tradição" no Bailundo"

Jordana Barbosa - "Poço de conhecimento: as bibliotecas humanas obliteradas pela academia"

Sessão 2 - 21/06 - 15h – 19h | Debatedoras: Leticia Pavarina e Stephanie Lima

Apresentações:

Sidélia Silva - "Análise de políticas públicas de finanças solidárias no Brasil"

Mayana Nunes - "Os garotos da ilha do(s) Amor(es): boys, trânsitos e masculinidades nos mercados do sexo nacional"

José Victor - "A crítica de Mbembe à diferença racial"

Jeferson Batista - "Um lugar à mesa": sexualidade e gênero na Igreja Católica através de um grupo LGBT católico"

Sessão 3 - 28/06 - 09h – 13h | Debatedor: Marcio Macedo

Apresentações:

Teófilo Reis - "Abdias Nascimento e Ângela Davis: aproximações, distanciamentos e complementações"

Douglas Silva - "‘Sangue nos olhos’, ‘caveiras’ e ‘guerras’: velhas e novas configurações institucionais no conflito urbano paulista, Brasil."

Taína Santos - "Mulheres na cidade: libertas, africanas e trabalhadoras livres em Campinas no século XIX"



Nathanael Araujo - "Experiências e memórias negras revisitadas: transmutações poético-políticas"

Sessão 4 - 28/06 - 15h – 19h | Debatedora: Silvia Aguião

Milena Oliveira - "Cotas nas universidades brasileiras: o que podemos aprender a luz de Estados Unidos e África do Sul"

Bruno Ribeiro - "Sobre flertes e afrontes: entrecruzamentos de raça, gênero e sexualidades em duas festas na cidade de São Paulo"

Stephanie Lima - "Atura ou Surta!": articulações entre raça, gênero, sexualidade na ação política do movimento universitário

Marilea Almeida - "Território de afetos: a experiência política de mulheres quilombolas no Rio de Janeiro".